



2º Seminário Nacional de
TERCEIRIZAÇÃO
de **BENS E SERVIÇOS**

ONLINE 100% AO VIVO!

20 A 23 DE SETEMBRO

Tema: Critérios para a aferição da exequibilidade das propostas: o necessário equilíbrio entre o interesse da Administração, a vinculação ao edital, a isonomia, a competitividade e o formalismo moderado.

Palestrante: Camila Madeiro

SE O PREÇO OFERTADO PELA LICITANTE É INEXEQUÍVEL O QUE DEVO FAZER?

- 1) **Desclassificar a Proposta de Imediato;**
- 2) **Notificar a licitante e ouvir suas justificativas;**



LEGISLAÇÃO

LEI Nº 8.666/1993 - Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

LEI Nº 14.133/2021 - Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.



PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL X PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO

- A inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório pode ensejar a nulidade do procedimento. Entretanto a sua aplicação não é absoluta, uma vez que não pode ser interpretada de forma individual. A licitação na busca da vantajosidade das propostas deve obediência aos demais princípios, os quais ressaltamos aqui os princípios da economicidade, da celeridade, da isonomia, da competitividade e do formalismo moderado.
- Dessa forma, quando necessário sanar vícios corrigíveis, devendo desclassificar apenas propostas absolutamente maculadas a licitação atingirá seu objetivo maior de alcançar a competitividade ampla dos proponentes, aumentando as chances de obter a melhor proposta.
- Como Relativizar essa questão? Qual o poder discricionário do Pregoeiro? Quantas vezes ele pode permitir a adequação em uma planilha? É possível juntar um novo documento encerrada a fase de habilitação?

ACORDÃO Nº 315/2015 – TCU PLENÁRIO

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”



CERTO



ERRADO



ACORDÃO Nº 2239/2018 – TCU PLENÁRIO

“É IRREGULAR A DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO POR ERRO DE BAIXA MATERIALIDADE QUE POSSA SER SANADO MEDIANTE DILIGÊNCIA, POR AFRONTAR O INTERESSE PÚBLICO”

Erro formal – Proposta apresentada de forma diversa do Edital mas que observou todo o conteúdo exigido – sanável.

Erro material – Erro aritmético no valor da proposta - sanável.

Erro substancial – Especificação diversa da exigida no Edital – insanável.



ACORDÃO Nº 637/2017 – TCU

“A INEXEQUIBILIDADE DE ITENS

DA PLANILHA DE CUSTOS NÃO CARACTERIZA MOTIVO SUFICIENTE PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA (ART. 48, INCISO II, DA LEI 8.666/1993) , POIS O JUÍZO SOBRE A INEXEQUIBILIDADE, EM REGRA, TEM COMO PARÂMETRO O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA.

Proposta Readequada

- ✓ buscar proposta clara e concisa
- ✓ A diligência não compromete a essência da proposta
- ✓ Evitar comprometer a celeridade
- ✓ Observar a ordem de classificação
- ✓ Justificar a viabilidade econômica de sua proposta

ISOLADOS



Outros Acórdãos sobre o tema: 2.546/2015, 1.811/2014 e 1.87/2014, do Plenário do TCU

ACORDÃO Nº 1211/2021 – TCU PLENÁRIO

“[...] 9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; art. 17, inciso VI; e art. 47 do Decreto nº 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.



Conclusão

O Princípio do formalismo moderado está implicitamente previsto no artigo 12, inciso III da Lei 14.133/2021, ao afirmar que “III - **o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;**”

Vale lembrar que o referido princípio não deve ser confundido com a ausência de formalismo, assim como deve ser observado em consonância com a razoabilidade em cada caso concreto.

O “segredo” está em tentar definir todas as possibilidades no Edital, minimizando os riscos e evitando a larga margem de discricionariedade e julgamento dessas decisões pelo controle externo, de modo a resguardar o Pregoeiro e respeitar a legislação de regência.

**“A Licitação não é um concurso
de destreza, destinado a
selecionar o melhor cumpridor
de Edital”**

Adilson Dallari

Palestrante: Camila Madeiro

 **@camila.madeiro.adv**



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



**NEGÓCIOS
PÚBLICOS**